

## O boato na democracia

O uso de boato em campanhas políticas não é novidade. Aliás, não existe política sem boato. Mas deve existir um limite ético para a utilização do boato como propaganda eleitoral. O segundo turno da eleição para presidente coloca esse paroxismo em pauta. O que ler nos boatos? O que eles dizem? Quais seus significados para a democracia? O que será feito da boataria depois do dia 31 de outubro de 2010? A resposta a essas perguntas é um desafio posto ao eleitor que não aceita ser manipulado por esse velho artifício da fragilidade humana.

O grave no boato eleitoral é que muitas vezes suas armadilhas não podem ser desarmadas a tempo e em caso de as acusações se revelarem falsas, as urnas já terão anunciado seu veredicto. Esse fato de não haver tempo hábil para o eleitor saber antes de votar se o seu conteúdo tem origem em verdade ou mentira, aumenta a criticidade do apelo ao boato em campanhas eleitorais.

O pesquisador francês Jean-Noël Kapferer, uma das principais referências mundiais no campo da gestão de marcas, diz em seu livro "Boatos – o mais antigo mídia do mundo" (Forense Universitária, RJ, 1993), que não distingue cultos e não cultos como propagadores de boatos. "Poderíamos ser levados a acreditar que o boato é vulgar e que não encontra nenhum crédito junto às pessoas pretensamente a par dos mecanismos e desenvolvimento da vida nacional, e que acompanham mais ou menos o debate público. Ora, não acontece nada disso" (p. 91). Um dos argumentos de Kapferer é que boa parte da "intelligentsia" acredita também em boatos porque tem cada vez mais uma visão parcial e específica do mundo.

Como fenômeno plantado na crença das pessoas, o boato carrega sempre mensagens ocultas, protegidas por conteúdos aparentes. Ele está presente no cotidiano de todas as esferas da vida social. Quando o boato parte de fora da esfera institucional da campanha, quando ele parte da militância, ele é aceitável por criar uma necessidade de resposta por parte das autoridades; agora, quando o boato parte de alguém que está formalmente em campanha, ele perde o caráter de espontaneidade para assumir um perfil manipulador.

Que dizer: se o boato é gerado por fonte anônima ele é um recurso movedor de algumas verdades ocultas, mas se ele é produzido nos laboratórios da propaganda e da publicidade eleitoral, ele passa a cumprir uma função de proselitismo para mobilizar atenções contra seu adversário. Neste caso, Kapferer entende o boato como uma indústria de conversão às suas próprias teses: "quanto mais ele amplia o círculo de adeptos maior é o sentimento de que se está diante do verdadeiro" (p. 49).

A recorrência ao boato oferece muitas vantagens na guerra política. Uma delas é que o candidato delega a tarefa da calúnia a voluntários e permanece por trás das cortinas. "O boato permite levar ao conhecimento público assuntos que a tradição política proíbe que se mencione abertamente" (p. 196). Assim, a priorização do boato no estratagema das campanhas para a desestabilização de adversários passa a ser praticada porque a opinião pública tende a se apegar mais a impressões do que a fatos.

O boato é um grande instrumento de difamação que atravança a experiência democrática. Ao tentar convencer, ele induz o eleitor ao erro, por sedução moral. Circula afastando o eleitor da atração por propostas, projetos, visões e sentido de destino, enquanto promove dúvidas e indignações: nada garante que um boato seja ou não verdadeiro. O problema é como a combinação de informação verificada e boato se traduz nas urnas.

A opção pelo boato como tática de campanha é uma revelação de baixo espírito democrático. O apelo ao "ouvi-dizer" pode ter efeito bumerangue quando percebido pelo eleitor, atingindo a

reputação de quem lança o boato. Ninguém em sã consciência almeja um governante afeito a fofocas. É uma questão de defesa psicológica, que age quando o boato passa a preponderar descaradamente em campanhas políticas, deixando de relatar o que interessa para espalhar o que dizem por aí, desligando a palavra e a imagem do fato que significam.

Uma parte das conversas fantasiosas de eleitores é natural do nosso comportamento e não tem maldade, por estar associada à novelização do cotidiano e da vida. Uma outra parte, pelo contrário, revela mordacidade, por ser propaganda de desonra e afirmação de preconceitos, construída a partir de blefe dos tipos ideais.

Quem apela para a fofoca e o boato como peça de campanha demonstra temor e incapacidade de propor algo que possa ser compreendido pelo eleitor como importante para sua comunidade e para o País. É na tentativa de justificar o que não tem a acrescentar que o político boateiro recorre a esse tipo de expediente, procurando esconder-se na (in) consistência de suposições (in) fundadas em (in) formações de motivos tendenciosos. Esse chapéu cabe também na cabeça dos eleitores que se prestam ao papel de espalhadores voluntários de boatos.

O boato profissional sinaliza para a fragilidade do espírito democrático de quem dele se vale para conseguir da maioria um decreto de corrosão do adversário. O pior é que o boato funciona para tornar realistas hipóteses ameaçadoras que, em muitas circunstâncias, empurram o eleitor a assumir a voz da propaganda política, sem perceber que ao fazer isso muitas vezes está acusando à própria consciência de preferir um ou outro candidato.

A priorização do boato é antidemocrática porque atinge o equilíbrio psicossocial dos votantes ao deixar o eleitor orgulhoso do seu poder de desdenhar de alguém mais poderoso do que ele, no momento em que esse alguém precisa de voto para continuar no poder. Entusiasmado com esse brio passageiro, o eleitor acaba esquecendo que depois da eleição o boato pode simplesmente desaparecer. “O pós-boato interessa pouco. Tudo parece em ordem, e a vida recomeça como antes. A tempestade passou e com a volta do tempo bom tudo se esquece, nada aconteceu. O boato? Que boato?” (p. 101).

Embora depois da eleição o sumiço do boato seja enganador, pois sempre ficam alguns resquícios para campanhas futuras, essa síntese de Kapferer vai bem ao encontro do que se costuma chamar de memória curta. O recuo silencioso do pós-boato produz algumas suposições: “Não se comenta mais porque não se acredita mais no boato, ou porque ainda se acredita, mas não fica bem se falar dele ou, enfim, porque mesmo se acreditando nele, não há mais condição para se falar dele” (p. 101).

Qualquer dessas conjecturas leva o eleitor atento ou frustrado a perceber que a coragem de focar e de espalhar boatos é uma manifestação de covardia, uma pisada na própria sombra. Atingido pela atração de mercado negro que tem o boato, o eleitor muitas vezes só vai descobrir tempos depois que foi abduzido pelos rumores e que deixou de mobilizar suas energias em favor do que realmente acredita.

Um grande problema gerado pelo boato excessivo em campanhas eleitorais é a perda da confiança do eleitor nas lideranças políticas e nas fontes de informação. Muitos eleitores bombardeados por toda sorte de promessas, percebem no boato um instrumento de liberdade, uma forma de comunicação que não pode ser controlada pelos diversos poderes e se sente gratificado com essa válvula de escape. Ao fazer isso, aposta na ambigüidade como determinação de preferências políticas e eleitorais, o que é muito ruim para a evolução da nossa democracia empírica.